



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1461

SOCIEDADE DE CONSUMO E PÓS-MODERNIDADE: UM OLHAR CRÍTICO AO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Bárbara Cristina Kruse
(UEPG)

Resumo. No regime feudalista (aproximadamente entre os séculos V ao XV), existiam cidades espalhadas pela Europa que funcionavam como centros comerciais manufatureiros. Naquele período, a população tinha ideia de que era desprezível a atividade e o espírito comercial. Entre os séculos XI a XIII, houve profundas mudanças tecnológicas na agricultura, as quais possibilitaram aumentar a produção econômica e engendrar o crescimento populacional. Vicejaram as cidades na Europa. Considerável contingente de trabalhadores abandonaram suas terras e migraram para as cidades, tornando-se artesãos, comerciantes, ocupados com as atividades da vida cidadina. Concomitantemente com esta realidade, aproximadamente no século XV e XVI ocorreu uma renovação de ideias denominada outrora de Renascimento. Tais desdobramentos possibilitaram a Primeira e a Segunda Revolução Industrial. Nasce a era moderna e um novo estilo de vida entrou em ascensão, qual seja capitalista. Esta nova ordem mundial compreende na ampliação do volume produzido, elevação dos lucros e redução dos preços. Nesta nova realidade, o consumo é pregado como necessidade primordial do ser-humano, criando cada vez mais necessidades supérfluas e alienando a população a sempre consumir. Os produtos devem constantemente atualizar-se antes que ultrapassem sua data de vencimento.

Palavras-chave: pós-modernidade, consumo, alienação.

Financiamento: Fundação Araucária.

INTRODUÇÃO

O consumo na sociedade contemporânea é visto como algo necessário e insaciável. A todo momento, são abertas novas linhas de produção, as quais lançam novos produtos, ditam novas modas e criam novas tendências. Assim, a roupa *fashion* de dias atrás, com a vinda da nova coleção já é considerada ultrapassada e, portanto, descartável na pós-modernidade.

O consumidor, imbuído de propagandas (*mass media*) que criam desejos e exacerbam apetites imaginários, é induzido a sempre consumir mais. Além disso, o consumidor acredita que é somente comprando que ele ficará na moda, e, portanto, *in* e não *out*. Cria-se assim, uma sociedade de consumo, persuadida por aqueles que detém o capital a acreditar que a felicidade está nos bens materiais (bens estes produzidos por àqueles). O ser humano passa assim a trocar o ser pelo ter.

É com base nesta reflexão inicial que o artigo tem como objetivo alcançar. Entretanto, primeiramente far-se-á uma breve jornada pela história, desde a Idade Média até à sociedade contemporânea.

1. DA IDADE MÉDIA PARA IDADE MODERNA: UMA ANÁLISE ACERCA DAS MODIFICAÇÕES CULTURAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS OCORRIDAS NESTA FASE DE TRANSIÇÃO

Desde o surgimento das primeiras comunidades humanas, houve indícios de algum tipo de organização, uma espécie de urbanismo rudimentar, que buscava proteção ou estabelecimento da hierarquia de poder (GONÇALVES JR, et al, 1990). Ainda no regime feudalista (séc. V ao séc. XV), existiam cidades espalhadas pela Europa. Entretanto, estas cidades funcionavam como centros comerciais manufatureiros. O poder nesta época era descentralizado e as leis vigoravam de acordo com o costume do feudo, ou seja, cada feudo criava suas próprias leis, pois na Idade Média inexistia uma autoridade central que impusesse um sistema único de leis.

Durante este período, a igreja e os senhores feudais compunham a ideologia predominante da época. A filosofia ocidental adotada pela Igreja era a escolástica e a ética paternalista cristã, tendo como precursor o teólogo São Tomás de Aquino. Apoiado nas ideias de Aristóteles, Aquino defendeu que de algum modo, era justificável e natural existirem profundas desigualdades entre servos e nobres (HUNT & SHERMAN, 2004).

A população da época tinha como alicerce o desprezo pelo espírito comercial. Conforme os cânones da moralidade, vigentes na época, os comerciantes

deveriam vender suas mercadorias a um preço justo, isto é, com pequenas margens de lucro para impedir acumulação de riquezas. Caminhando pela linha do tempo, mais especificamente pela Baixa Idade Média (séculos XI a XIII), é possível visualizar uma série de mudanças tecnológicas na área agrícola (como por exemplo o rodízio de plantações, uso de ferraduras, desenvolvimento de arados, invenção do moinho hidráulico, dentre outros), as quais acarretaram no aumento da produção (SCHMIDT, 2001).

Ocorre que, tal aumento na produção agrícola possibilitou alimentar mais os animais de tração e montaria, fato que também resultou no barateamento do transporte. Com o desenvolvimento destas tecnologias, foi possível aumentar a produção econômica e engendrar o crescimento populacional.

Consideráveis contingentes de trabalhadores abandonaram suas terras e migraram para as atividades da vida citadina, tornando-se artesãos e comerciantes. Vicejaram as cidades na Europa. A produção de manufaturados cresceu, contribuindo para o comércio a longas distâncias. Uma nova classe social entrou em ascensão, denominada de burguesia. A referida classe era composta principalmente por banqueiros, comerciantes e donos de manufaturas (HUNT & SHERMAN, 2004).

Dito isso, é sensível que "o modo de exploração feudal ou corporativo da indústria existente até então não mais atendia as necessidades que aumentavam com o crescimento dos novos mercados" (MARX & ENGELS, 2008). O escambo de produtos tornar-se-ia rapidamente insuficiente para a nova realidade social e econômica que emergia. Isto porque, anteriormente os camponeses pagavam para trabalhar na terra dos senhores feudais, com parte de sua produção. Entretanto, a nova vida citadina aderiu o uso da moeda como valor de troca.

Isto porque, com o advento da monetização possibilitou ao camponês a venda do excedente da sua produção para os comerciantes, em troca de moeda. Com esta mesma moeda, o camponês passou a pagar o arrendamento da terra ao senhor feudal. Com isso, os valores de fluxo se inverteram, dado que, anteriormente o camponês pagava para trabalhar na terra do senhor feudal, mas agora, ele passou a pagar pelo uso da terra, fator este de estímulo ao aumento da produção.

Deste modo, aos poucos os vínculos tradicionais do feudo se romperam, dando lugar às relações de mercado e, a busca do lucro tornar-se-ia o organizador da produção. A moeda foi assumindo caráter valorativo tão importante quanto a terra.

Nas indústrias artesanais feudais, a lógica também mudou. Antes o mestre artesão era produtor e vendedor de sua mercadoria, além de ser proprietário da sua oficina, ferramentas e matérias-primas. Agora, neste novo sistema, o artesão começou a vender seus produtos por atacado aos mercadores, os quais assumiam os encargos do transporte e revenda em para outros mercados. Distanciou-se o produtor do comprador e as relações comerciais adquirem mediações transcendentais ao escambo.

No século XVI, ao sistema que já se consolidava nos seus primórdios, incorporou-se também o sistema manufatureiro doméstico. Por meio deste, o mercador (já com ideais capitalistas) fornecia ao artesão matéria-prima, as máquinas e as ferramentas para, depois, apropriar-se mais tarde do produto finalizado. Por tal modo, a mão-de-obra do artesão - ou seja, sua força de trabalho - passou a ser paga, pois tanto o produto quanto os meios de produção são de pertença do mercador. Ainda que o trabalho fosse realizado em oficinas (domicílios) diversas, o produto continuava a pertencer a quem fornecia os meios de produção. Despontava assim, neste contexto, uma classe trabalhadora que vende a sua força de trabalho em troca de dinheiro (HUNT & SHERMAN, 2004).

Concomitante esta nova realidade que emergira, aproximadamente nos séculos XV e XVI ocorreu uma renovação das ideias que outrora alicerçavam o pensamento medieval. Tal renovação foi denominada posteriormente de Renascimento. Como resultado, o renascimento intelectual passou a valorizar a experiência e a observação, juntamente com o estudo da natureza e da vida humana. A vida cultural, por sua vez, deixou de ser controlada pelos dogmas da Igreja Católica e passou a ser influenciada pelos humanistas (SCHIMIDT, 2001).

Estes desencadeamentos viabilizaram a acumulação primitiva do capital, a qual foi fundamental para a consolidação do sistema capitalista. Alguns fatores como o acelerado crescimento populacional (ocorrido especialmente na segunda metade do século XVIII), o crescimento dos meios de transportes e do comércio de

mercadorias, o sistema de produção manufatureiro, surtos inflacionários de preços, além do regime de cercamento das propriedades, foram estimulantes a nova realidade social, cultural e econômica que germinava.

Estas modificações culturais formataram a preparação para o "novo espírito" da Idade Moderna. Ao ser humano estavam abertos os portais de um mundo novo e controlável. Nesta nova ordem mundial se consolida o sistema capitalista. A busca de lucros e a acumulação de capital são os pilares da ideologia capitalista. Os meios de produção e de distribuição das mercadorias pertencem a propriedade privada, a qual mantém finalidade essencialmente lucrativa. O âmago deste novo sistema consiste na existência de uma classe que detém o capital e os meios de produção, em detrimento daqueles despossuídos de tais meios, haja vista que por se encontrarem na situação de despossuídos, acabam ficando sujeitos àqueles (HUNT & SHERMAN, 2004).

A lógica do sistema compreende a ampliação do volume produzido, elevação dos lucros e redução dos preços. O autor José J. Andrade Arruda (1994), explica esta lógica ilustrando que, em 1820 um trabalhador acionava um tear. Em 1880 o mesmo trabalhador acionava cinco teares. Da mesma forma que em 1836 eram necessários três trabalhadores para cada mil fusos, em 1896, reduz-se tal número para um trabalhador (ARRUDA, 1994).

No final do século XVIII desponta a chamada Primeira Revolução Industrial, que além de surgir na Inglaterra, a possibilitou o desenvolvimento das primeiras indústrias do mundo. Isto porque, a Inglaterra estava infestada de ideias iluministas em decorrência da importância dada à educação e aos estudos científicos que favoreciam as descobertas tecnológicas.

Outro fator de relevo revolucionário há de ser visto na força da marinha inglesa, a maior do mundo, situação que favorecia o comércio de produtos a longas distâncias. Por fim, destaque-se, a Inglaterra possuía ricas minas de ferro e de carvão, as quais, por fornecerem a base energética, eram elemento chave para a revolução. A partir daí, desde o final do século XVIII, baseado no modelo inglês, a Revolução Industrial alcançou outros países europeus (SHIMITH, 2001).

As novas indústrias que despontavam nas cidades europeias, utilizavam novas tecnologias, tal qual a máquinas a vapor que produziam tecidos tanto de lã,

quanto de algodão. No início do século XIX, foram construídas malhas ferroviárias e locomotivas. Para os burgueses essas novas tecnologias significavam aumento da produção de mercadorias e conseqüentemente aumento nos lucros. Evidentemente, lucros que jorravam aos borbotões para os donos do capital e da produção. Entretanto, para a classe proletária, esta revolução significou desemprego e condições precárias no ambiente de trabalho (SCHIMIDT, 2001).

A vida nas fábricas era disciplinada e odiosa, pois, antes da Revolução Industrial o trabalhador do sistema artesanal ou doméstico era dono dos meios de produção e do seu tempo. Isto porque, ele trabalhava apenas para a sua subsistência e no restante do tempo podia usufruí-lo da forma que melhor lhe conviesse. Trabalhava-se em poucos dias da semana, em geral três ou quatro, e no restante da semana havia o tempo destinado às atividades lúdicas e para o convívio familiar.

A vida nas fabricas passaram a incorporar novas condições de vida para os trabalhadores, eis que o trabalho passou a ter uma jornada de aproximadamente 18 horas. Além disso, os trabalhadores eram frequentemente expostos à falta de higiene, em ambientes fechados, dotados de pouca alimentação. Os índices de acidentes de trabalho eram altíssimos, além de que, constantemente era empregada a mão-de-obra infantil e feminina. O autor José J. Andrade Arruda (1994), afirma que:

Nas olarias o trabalho entre maio e setembro começava às cinco da manhã e terminava às oito da noite, ou quando a secagem se fazia ao ar livre entre quatro e nove horas. Nestes trabalhos empregavam-se crianças de 6 e, até mesmo de 4 anos de idade... Os acidentes de trabalho mais comuns ocorriam com os menores que, durante as horas intermináveis que ficavam sobre as máquinas, muitas vezes sustentados por uma perna-de-pau, pois seu pequeno tamanho não lhes permitia atingir o cimo dos alto teares, as crianças adormeciam e tinham seus dedos esraçalhados pelas engrenagens dos teares... Não havia qualquer indenização pelos membros amputados, muito menos para os dias de paralisação das atividades (ARRUDA, 1994, p. 70).

Vislumbra-se assim que, o sistema capitalista da Revolução Industrial modificou, de maneira nunca antes vista a paisagem natural. O ser humano, com esse novo estilo de vida, saiu do campo em direção às novas chaminés que se

instalavam nas velhas cidades europeias. Ao longo das décadas, as pessoas disputavam cada metro quadrado da cidade, convivendo em precárias condições de vida e aglomerando-se, como em um formigueiro, ao redor das fábricas. A cidade passou a ser receptáculo de vícios e de miséria, com ruas imundas, nas quais os esgotos corriam a céu aberto e montanhas de lixo dominavam a paisagem. Houve, portanto, avassaladora transformação na civilização no final do século XIX e início do século XX (GONÇALVES JR, et al, 1990).

Nesta civilização industrial ou civilização moderna, prevaleceu a subjugação da natureza pelo ser humano que a transformou em seu exclusivo benefício. As mudanças exigidas pela Revolução Industrial sufocaram as cidades medievais criando situações urbanas insuportáveis, a exemplo do tráfego intenso de multidões de miseráveis, ruas estreitas e sinuosas, grandes conjuntos habitacionais enegrecidos pela fuligem. As indústrias instalaram-se aleatoriamente, com altíssimos níveis de poluição, degradando a natureza e explorando desumanamente o trabalho das pessoas (GONÇALVES JR, et al, 1990).

Diante de todos estes desdobramentos - mudanças de paradigmas, iluminismo, ascensão da burguesia, revolução industrial, florescimento das cidades e engendramento do sistema capitalismo -, visualizamos que a cultura da sociedade moderna se tornou volátil comparada a anterior (isto porque, o estilo de vida camponês perdurou por séculos e por toda a Idade Média). Não obstante, verifica-se também a abrupta ruptura entre o moderno e as antigas tradições.

No final do século XX, novos desenvolvimentos científicos e tecnológicos - tais quais inovações nas formas de produção, intensificação do comércio, circulação de pessoas e ideias e informações dos espaços geográficos - desencadearam a Segunda Revolução Industrial. Nesta, destaca-se a utilização do petróleo, eletricidade e do gás como fontes de energia, as quais substituíram o carvão como principal fonte energética. Essas tecnologias possibilitaram o aumento na capacidade de produção e de transporte, além de que foi possível disseminar novas ferrovias por todo o mundo, criar o "motor de combustão, o automóvel, o rádio, a televisão, o plástico" e assim por diante (CMRJ, 2012, p.1).

Assim, com o advento das Revoluções Industriais, tornou-se inevitável o surgimento de um sistema que maximizasse o lucro e a exploração da mão-de-obra

sob forma assalariada e a defesa ideológica da mínima intervenção do Estado na economia. Quanto menor, melhor. Esse novo sistema capitalista, ao contrário do seu predecessor¹, propunha, em sua formulação ideológica, a não-intervenção estatal, ou seja, a liberdade de comércio, tanto na esfera doméstica quanto internacional. Este substrato ideológico recebeu a alcunha de liberalismo e em sua forma inicial se caracteriza como liberalismo clássico².

2. DA MODERNIDADE PARA A PÓS-MODERNIDADE: UMA ANÁLISE DA SOCIEDADE DE CONSUMO CONTEMPORÂNEA

Diante de todos os desdobramentos que ocorreram até a consolidação do capitalismo, percebe-se que não apenas um novo sistema econômico entrou em ascensão, mas como também uma nova cultura brotou também (PEREIRA, 2001). Incorporou-se assim, o *modus vivendi* capitalista na sociedade moderna.

Para Javier Divar (1985), citado por PEREIRA (2001), a cultura capitalista, desenvolve alguns princípios, tais quais: *exclusivismo economicista*, cujo capital e o lucro adquirem primazia como fator fundamental de tudo e de todos; a *formação tecnocrata*, no qual a ciência é exaltada; o *individualismo insolidário*, onde o ser humano é apenas simples peça dentro do jogo de produção e consumo.

O ser humano perde, por assim dizer, o sentido de solidariedade e se torna individualista. Os outros seres humanos são vistos como adversários ou concorrentes; e, por fim, o *consumista hedonista*, por meio do qual o sistema cria constantemente necessidades supérfluas, fazendo com que as pessoas queiram sempre novidades. Além disso, as coisas tornam-se descartáveis frequentemente para se consumir mais.

¹ O "rascunho" do modelo capitalista foi denominado de mercantilismo. Ao contrário da nova doutrina que surge (liberalismo), o mercantilismo "defendia a limitação das restrições e regulamentações internas, mas eram favoráveis a uma política governamental ativa, destinada a ampliar a participação comercial da Inglaterra nos mercados internacionais" (HUNT & SHERMAN, 2004, p. 53).

² O liberalismo clássico é representado por Adam Smith, Davi Ricardo e Stuart Mill.

Diante disso, o capitalismo tem um poder impressionante de provocar desejos e necessidades na sociedade. O sociólogo David Harvey denomina estes desejos de fetiches, e afirma que o desejo pode ser natural e o provocado. O natural é aquele desejo instintivo, a exemplo do desejo sexual e o desejo provocado é aquele que sobrevive do sistema e consegue despertar na sociedade necessidades irreais a respeito de qualquer coisa (HARVEY, 2007).

Com isso, a abertura de novas linhas de produção nada mais é do que senão, a criação de novos desejos e necessidades. Os donos dos meios de produção são forçados a aumentar consideravelmente seus esforços para criarem novos desejos nos outros, exacerbando apetites imaginários e criando fantasias, alienando assim a população (HARVEY, 2007).

O mais paradoxo desta reflexão é que justamente por esta alienação, ou seja, por este desejo incontrolável de consumo, os capitalistas conseguem impor todo tipo de condições ao trabalhador, pois é somente trabalhando que se é capaz consumir as suas novas necessidades. Uma das ferramentas mais poderosas de todo este sistema é a propaganda indutora do consumo pela mídia de comunicação de massa (*mass media*).

Pela propaganda, em especial pela revolução provocada pela televisão, ficam destruídos os vestígios da produção, dos elementos que possibilitaram a criação dos produtos de forma a reforçar o fetichismo que surge automaticamente no curso de troca do mercado. Os produtos são sempre apresentados como produtos acabados, gerados espontaneamente, sem contradições ou problemas e esforços produtivos. Daí o fluxo perpétuo de desejos se eterniza e, gostos e necessidades se tornam foco permanente da necessidade de consumir sendo, portanto, irrelevante o grau efetivo que esta necessidade tenha.

O Estado representa os interesses capitalistas na medida em que se manifesta como um sistema coercitivo de autoridade por meio do qual a classe dominante impõe sua vontade geral perante todos. Para atingir estes fins, os instrumentos usados são vários, a exemplo da "regulação do dinheiro e garantias legais de contratos de mercados leais às intervenções fiscais, à criação de crédito e às redistribuições de impostos, passando pelo fornecimento de infraestruturas

sociais e físicas, controle direto das alocações de capital e de trabalho, bem como dos salários e dos preços, entre outros " (HARVEY, 2007).

Aliado aos desejos supérfluos criados pelo capitalismo, na década de 70 vemos uma ampliação dos conceitos até então já estudados. Isto porque, houveram significativos avanços nas áreas de telecomunicações e de engenharia de sistemas elétricos. A partir disso, foi possível transmitir com instantaneidade as energias de longas distâncias. As informações, neste contexto, tornaram-se instantâneas e globais em um tempo quase que desprezível (DIAS, 1995).

Como resultado, observamos o chamado mundo globalizado, no qual tudo e todos estão interligados e os limites territoriais gradualmente tornam -se meramente geopolíticos.

Para alguns teóricos o momento atual é denominado de condição pós-moderna. Entretanto, existem outros que negam a existência deste período, denominando-o como um modernismo avançado ou "ultramodernismo" (SILVA & ANTONELLO, 2005). Fato é que, independentemente da denominação, o mundo contemporâneo experimenta novas sensações, sensações estas nunca vistas em nenhum outro momento histórico.

É próprio da pós-modernidade, como destaca o teórico Stuart Hall (2001), que o ritmo da integração global venha aumentando geometricamente, acelerando os fluxos e os laços de interesses das nações. Não obstante, para o referido autor, este novo estilo de vida da sociedade acarreta a desintegração das identidades nacionais, haja vista a ocorrência da homogeneização cultural e a incorporação do "pós-moderno global".

É neste contexto que o sociólogo Zygmunt Bauman (2009), expõe que a sociedade pós-moderna é líquida, eis que os produtos mudam muito rapidamente, em um tempo muito mais curto que o necessário para a consolidação de hábitos, rotinas e formas de agir. Tudo passa rapidamente e os produtos se tornam obsoletas antes de os atores sociais terem uma chance de aprendê-las efetiva e significativamente. Na pós-modernidade, as coisas devem atualizar-se, antes que ultrapassem a data de vencimento ou pereçam.

A pós-modernidade "não estabelece objetivos nem traça uma linha terminal. Mais precisamente, só atribui a qualidade da permanência ao estado de transitoriedade. O tempo flui, não "marcha" mais." (BAUMAN, 2009, p. 88).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vislumbra-se assim que a sociedade pós-moderna caminha para a padronização de uma cultura, padronização esta que prega o consumo, a rapidez, a fluidez e tende a própria fragmentação do espaço. Rapidez, porque a todo o momento abrem-se novas linhas de produção. Fluidez, pois a velocidade instantânea dos sistemas de informação acelerou e banalizou os eventos eis que estes acontecem na velocidade da informação. E, por fim, a fragmentação do espaço porque nem todos os agentes sociais conseguem acompanhar a rapidez e a fluidez do sistema. Deste modo, separam-se aqueles que vivem nos espaços da pressa, por aqueles que são propícios à lentidão (SANTOS, 2010).

O uso do maquinário produz de uma forma acelerada, reduz custos e permite o aumento nas margens de lucros³. Máquinas são mais eficientes, não cansam, não tiram férias e nem ficam doentes. Portanto, este *modus vivendi* do capitalismo, faz com que as mercadorias se tornam mais acessíveis, graças a esta produção em massa e em série. O problema é que tal superabundância de produtos se faz em completa ignorância para os custos ambientais da produção. E, como o capitalismo não tem condições de sobreviver sem consumo e sem a alienação⁴, evidencia-se que o contexto atual afronta com tanto com o meio ambiente, quanto com a própria identidade cultural da população.

REFERÊNCIAS

³ O problema originalmente percebido por Marx é que este horizonte lucrativo necessariamente haveria de encontrar o seu zênite eis que não poderia ser mantida *ad infinitum*.

⁴ A alienação é um conceito inicialmente proposto por Karl Marx, o qual advoga que em decorrência desta, o ser humano cria constantemente novas necessidades e desejos de consumo. Assim, o homem troca o verbo ser pelo ter e a sua vida passa a ser mensurada pelo que se possui. Portanto, o possuir, neste contexto, significa a posse de bens materiais, os quais, em decorrência da alienação passam a fazer parte da personalidade do indivíduo (SALATIEL, 2012).

ARRUDA, José J. Andrade. A Revolução Industrial. 3ª Edição. São Paulo: Ática, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. Vida Líquida. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 210 p.

CMRJ. A Segunda Revolução Industrial (1850-1940). Disponível em: <[Http://www.cmrj.ensino.eb.br/ensino/notas_aula/1bim2012/8GEO02.pdf](http://www.cmrj.ensino.eb.br/ensino/notas_aula/1bim2012/8GEO02.pdf)>. Acesso em: 20.jul. 2012.

DIAS, L.C. Redes: Emergência e Organização. IN: Castro, I.E.; Gomes, P.C. da C.; Correa, L.C. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 1995.

GONÇALVES JUNIOR, Antonio José et al. O que é urbanismo. São Paulo: Brasiliense, 1990. 68 p.

HUNT & SHERMAN. História do Pensamento Econômico. Ed Vozes. Petrópolis RJ. 2004.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 103 p.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista: Texto Integral. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

PEREIRA, Francisco Caetano. ÉTICA CRISTÃ E CULTURA. CAPITALISTA. Jus Et Fides, São Paulo, p.07-15, 01 dez. 2001. 01. Disponível em: <www.unicap.br/Arte/ler.php?art_cod=514>. Acesso em: 18 jul. 2012.

SILVA, Carla Holanda da; ANTONELLO, Ideni Terezinha. UM OLHAR SOBRE AS DISCUSSÕES A CERCA DA POSSÍVEL “CONDIÇÃO PÓS-MODERNA. Geografia, Londrina, p.185-196, 02 jul. 2005. 14.

SALATIEL, José Renato. Marx - Alienação: Do Espírito Absoluto de Hegel à realidade concreta. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/marx---alienacao-do-espiritoabsoluto-de-hegel-a-realidade-concreta.htm>>. Acesso em: 20 out. 2012.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2010. 174 p.

SCHIMIDT, Mario. Nova História Crítica. São Paulo: Nova Geração, 2001.

.